

O DILEMA: LIQUIDEZ X RENTABILIDADE

QUAL PRIORIZAR?

ADEMIR DE CARVALHO LOPES JÚNIOR

Graduando de Ciências Contábeis da UFPA

adelopes999@hotmail.com

Heber Lavor Moreira

Professor

heber@peritocontador.com.br

Trabalho apresentado para Avaliação da Disciplina Administração Financeira, do Curso de Ciências Contábeis da UFPA, cursado no 2º semestre de 2007 – 8º período.

RESUMO

A Administração Financeira é um ramo da ciência geral de Administração que se preocupa com o planejamento, obstrução, controle e gerenciamento de recursos financeiros com a finalidade de maximização dos resultados para alcance do lucro. Qualquer organização que queira sobreviver e se destacar no mercado precisa tomar decisões de forma estratégica, analisando o mercado e os cenários possíveis de se estabelecerem. A partir daí ela poderá traçar ações efetivas de crescimento ou manutenção, dispondo de indicadores efetivos para a tomada de decisão, no caso aqui exposto serão trabalhados de forma mais incisiva os indicadores de liquidez e rentabilidade e os seus índices, além da dinâmica de gestão dos mesmos, afim de se tentar elucidar qual dos dois deve ser prioritário nas decisões administrativas e gerenciais da empresa.

PALAVRAS-CHAVES: Administração Financeira, gerenciamento de recursos financeiros, liquidez, rentabilidade e alcance do lucro.

DESENVOLVIMENTO

Visualizar com bastante clareza os índices econômicos é uma questão relevante na área financeira das empresas. Muitas vezes o administrador se vê em situações de difícil decisão, pois tem obrigação de manter em um bom nível os índices de liquidez e rentabilidade, e muitas das vezes tendo que abrir mão de uma para otimizar a outra.

Não existe uma relação entre os dois termos, embora os melhores investimentos devam satisfazer tanto a liquidez quanto a rentabilidade. Este artigo procurará expô-los separadamente a fim de discutir a questão da liquidez x rentabilidade.

LIQUIDEZ

Liquidez é um conceito econômico que considera a facilidade com que um ativo pode ser convertido no meio de troca da economia. O grau de agilidade de conversão de um investimento sem perda significativa de seu valor mede sua liquidez. Um ativo é tanto mais líquido quanto mais fácil for de transformar em dinheiro vivo. A moeda é considerada como o ativo mais líquido, mas é uma reserva de valor imperfeita; quando os preços sobem, o valor da moeda cai. Em tese, a liquidez é a facilidade com que um ativo pode ser convertido em dinheiro.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Estes índices, assim como os de estrutura de capital, evidenciam a base da situação financeira da empresa. Os índices de liquidez normalmente empregados são: Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Liquidez Seca e Liquidez Imediata. Todos eles relacionam bens e direitos com obrigações da empresa, utilizando simplesmente de uma operação de divisão. Apesar de não ser a definição mais completa, é muito comum ouvirmos dizer que os índices de liquidez medem o quanto a empresa tem para cada unidade monetária que ela deve.

Os índices de liquidez possuem como fundamental preocupação revelar como está a situação da empresa, em determinado período, para fazer frente às suas obrigações. Na realidade, talvez um índice, ou seja, o de liquidez geral, poderia satisfazer todo este grupo de índices. No entanto, é de suma importância para as empresas verificarem a temporalidade em que os recursos estarão disponíveis, bem como a temporalidade em que as obrigações terão de ser pagas. Convém lembrar, no entanto, mais uma vez, que, em vista do tipo de informação que a organização precisa obter é que se vai selecionar qual índice extrair.

Desta forma, ainda que exista uma série de outros índices de liquidez, consideram-se os de liquidez geral, corrente e seca como os mais utilizados, por esta razão serão estes discutidos com mais propriedade.

a) Liquidez Geral

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}}$$

Este quociente se destina a retratar como anda a saúde financeira de longo prazo (global) da firma, ou seja, objetiva-se responder se empresa conseguirá fazer frente a todas as suas obrigações. Sua análise indicará quanto a empresa possui no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo para cada \$ 1,00 de dívida total para com terceiros.

Há que se recomendar cuidados neste momento da análise, tendo-se em vista que quando se fala em longo prazo, nem sempre é possível identificar, pelas demonstrações contábeis, exatamente quando estarão vencendo as obrigações e quando os recursos do ativo poderão ser convertidos em numerário, isto é, o índice não revela sincronização entre recebimentos e pagamentos. Via de regra, inclusive, a facilidade de "realização" ou "liquidação" do ativo é algo mais problemático do que a necessidade de pagar as dívidas.

Outro cuidado a se tomar é o fato de que "o índice não revela a qualidade dos itens do Ativo Circulante (os estoques são superavaliados, são obsoletos, os Títulos a Receber são totalmente recebíveis?)" (MARION, 1996, p.458). Mesmo assim, é um

índice muito valioso no sentido de se avaliar se a empresa está ou não em condições de honrar seus compromissos.

A análise do Índice de Liquidez Geral revela, em última instância, quanto de \$ o empreendimento possui para cada \$ 1,00 de dívida geral, ou seja, se um cálculo resultar em 1,22, significa dizer que a empresa consegue, no longo prazo, pagar todas as suas dívidas e ainda lhe sobram \$ 0,22 de folga, a cada \$ 1,00 pago. Portanto, pode-se afirmar, neste caso, que a situação é satisfatória, pois há uma margem de segurança.

Se por outro lado tivesse sido encontrado um índice de 0,90, a empresa não estaria em condições satisfatórias, pois para cada \$ 1,00 de dívida total lhe faltariam \$ 0,10. No entanto, se o vencimento das dívidas tiver um prazo superior ao necessário para que os recursos do Ativo sejam convertidos em numerários, significa que a firma depende de geração futura de recursos e que isto pode ser alcançado.

b) Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este quociente relaciona todos os ativos de curto prazo (dinheiro prontamente disponível e recursos rapidamente realizáveis) com os passivos de curto prazo da organização, representando o quanto de recursos está disponível no curto prazo para se liquidarem as dívidas também de curto prazo. Assim, quanto maior o valor apurado, melhor.

É um dos mais populares índices de liquidez. IUDÍCIBUS (1995, p.82), ao comentar a utilização deste quociente, afirma:

"Consideramos que excessiva importância tem sido atribuída a este quociente. Em alguns casos, a inclusão dos estoques no numerador pode diminuir a aderência do quociente, como teste de liquidez. Quando a empresa e a economia se encontrarem em períodos de recessão ou de "desaquecimento", e os investimentos em estoques forem sensíveis, não se podem considerar "igualmente realizáveis" itens tão diferentes como

estoques e contas a receber. Aqueles têm de ser vendidos, primeiro, o que nem sempre é fácil num período de queda dos negócios."

MATARAZZO (1995, p.178) acrescenta: "Eis aí o significado do índice de Liquidez Corrente: a margem de folga para manobras de prazos visa equilibrar as entradas e as saídas de caixa. Quanto maiores os recursos, maior essa margem, maior a segurança da empresa, melhor a situação financeira".

Enfim, a análise deste indicador retrata quanto \$ a empresa possui, de curto prazo, para pagar cada \$ 1,00 de suas dívidas também de curto prazo. Se, por exemplo, numa análise de balanços verificar-se que o índice de liquidez corrente é de 0,93, pode-se afirmar que para cada \$ 1,00 de obrigação de curto prazo a firma só dispõe de \$ 0,93, isto é, \$ 0,07 poderão deixar de serem pagos, a cada \$ 1,00, se algo não for feito.

c) Liquidez Imediata

$$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este índice mede a capacidade financeira da empresa em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades. Também conhecida como liquidez instantânea, avalia o poder da empresa em pagar todas as suas obrigações com vencimentos ao longo do exercício seguinte. Esse índice contempla a relação das disponibilidades imediatas com que a empresa conta para liquidar suas obrigações em curto prazo. A liquidez imediata apresenta sempre um índice inferior a unidade, pois não é considerado normal a empresa manter um saldo de caixa ou bancos em nível elevado, visando garantir pagamentos que vencerão ao longo do exercício seguinte. Por esse indicador é possível concluir que, uma vez em crescimento, a empresa pode estar imobilizando recursos em tesouraria, deixando de gerar recursos no giro dos negócios.

d) Liquidez Seca

Ativo Circulante – Estoques
Passivo Circulante

O índice de liquidez seca assemelha-se ao de liquidez corrente, diferenciando-se apenas no fato de se excluírem os estoques a fim de se reduzir um fator de incerteza, tendo em vista que, ainda que este faça parte do Ativo Circulante, não se tem plena certeza do tempo da sua realização, também porque o Passivo Circulante é líquido e certo.

Também uma outra forma de se visualizar a liquidez seca é de acordo com o que diz MARION (1997, p.461): "Se a empresa sofresse uma total paralisação das suas vendas, ou se o seu Estoque fosse obsoleto, quais seriam as chances de pagar as suas dívidas com Disponível e Duplicatas a Receber?"

Em empresas em que os prazos médios de contas a receber e a pagar sejam assemelhados, este torna-se um dos quocientes mais significativos para se elucidar a posição da firma, isto porque evidencia quanto a empresa possui de Ativo Líquido (Circulante – Estoques) para cada \$ 1,00 de dívidas de curto prazo.

Quando do cálculo e interpretação deste indicador, é possível se verificar quanto de recursos correntes a empresa possui para fazer frente a cada \$ 1,00 de suas obrigações de curto prazo. Num caso, por exemplo, em que o índice encontrado seja de 1,05, pode-se concluir que para cada \$ 1,00 de dívida de curto prazo a organização possui \$ 1,05 para pagar, ou seja, sobram-lhe \$ 0,05 a cada \$ 1,00, isto tudo sem comprometer ou contar com os valores dos estoques.

Por estas características é possível identificar este quociente como a prova de força da firma, já que ele vai identificar, verdadeiramente, o grau de excelência da situação financeira.

Como foi dito no início deste tópico que este índice se assemelha ao de Liquidez Corrente, é oportuno apresentar o QUADRO VII, abaixo, que permite analisar a empresa confrontando esses índices. Pela observação do referido quadro poder-se-á perceber o que acontece com a situação financeira da entidade quando se analisa em que nível se encontram os índices de liquidez seca e corrente

ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Os índices de rentabilidade procuram evidenciar qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, o resultado das operações realizadas por uma organização, por isso, preocupam-se com a situação econômica da firma. Comparar o Balanço Patrimonial de duas diferentes empresas e dizer que "A" gerou lucros de \$ 72.000,00 em 1996 e "B" de \$ 121.000,00, no mesmo período, e por isso "B" foi melhor que "A", pode ser um tanto arriscado.

Quando se trabalha com análise de rentabilidade, é imprescindível que a verificação dos lucros esteja relacionada com valores que possam expressar a "dimensão" destes lucros dentro das atividades da firma.

IUDÍCIBUS (1995, p.90) observa: "O melhor conceito de "dimensão" poderá ser ora volume de vendas, ora valor do ativo total, ora valor do ativo operacional, ora valor do patrimônio líquido, ora valor do capital social etc. Todos têm suas vantagens e desvantagens".

No caso dos índices de rentabilidade, assim como dos demais, dizer que um indicador encontrado é alto ou baixo vai depender das características do empreendimento, tais como segmento de mercado, porte, tempo de existência, etc.

Vale dizer, novamente, que o relacionamento das variáveis para a construção de um índice dependerá da decisão a ser tomada ou do elemento a ser analisado. De posse das demonstrações contábeis, a empresa pode construir dezenas de índices, relacionando, a cada um, variáveis diferentes. No entanto, é o fim pretendido que irá determinar o que analisar ou qual índice utilizar.

a) Giro do Ativo

$$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$$

Demonstra quantas vezes o ativo girou como resultado ou efeito das vendas ou quanto a empresa vendeu para cada \$ 1,00 de investimento total. É certo, portanto, que quanto maior, melhor.

De início pode-se afirmar que o êxito de uma empresa depende de uma série de fatores. No entanto, o volume adequado de vendas será, certamente, o elemento impulsionador do sucesso. Por essa razão, é conveniente, na análise de balanço, fazer relação do volume de vendas com outros fatores a fim de se conhecer se o rendimento ou desempenho foi ou não satisfatório. Neste momento a preocupação reside em verificar qual a representatividade do faturamento em relação ao capital investido. Observe-se o exemplo:

Se a empresa consegue um índice de Giro do Ativo de 1,10 pode-se dizer que para cada \$ 1,00 investido no Ativo a empresa conseguiu vender \$ 1,10, ou seja, o volume de vendas atingiu 1,10 vezes o volume de investimentos.

Vale ressaltar que este índice é de extrema importância, isto porque a firma investe capitais esperando um bom retorno, que normalmente começa a surgir a partir do bom desempenho da área comercial. Desta maneira, é imprescindível verificar se o que está sendo investido está sendo compensatório, em relação às vendas.

b) Margem Líquida

$$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Vendas Líquidas}}$$

Também denominado de Margem Operacional, evidencia qual foi o retorno que a empresa obteve frente ao que conseguiu gerar de receitas. Em outras palavras: quanto o que sobrou para a firma representa sobre o volume faturado.

A análise é feita sob a forma de quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 vendidos, por isso, quanto maior, melhor.

Se, por exemplo, o índice é de 12,10, representa que para cada \$ 100,00 vendidos a empresa conseguiu trazer um retorno de \$ 12,10, ou 12,10%.

c) Rentabilidade do Ativo

$$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Ativo}}$$

A rentabilidade do ativo é calculada quando se deseja ter uma idéia da lucratividade, como um todo, do empreendimento, venham de onde vierem os recursos, admitindo-se as aplicações realizadas.

Este indicador mede quanto a empresa obtém de lucro para cada \$ 100,00 de investimento total, por isso, é visto como uma medida de potencial de geração de lucro da parte da empresa. tal quociente representa uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano.

Em uma empresa em que, após apurados o Lucro Líquido e o valor do Ativo, verificar que a Rentabilidade deste Ativo tenha sido de 33,84, pode-se dizer que para cada \$100,00 investidos a empresa ganhou \$ 33,84, ou 33,84%.

d) Rentabilidade do Patrimônio Líquido

$$\frac{\text{Lucro Líquido} \times 100}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

De início, é preciso dizer que o Patrimônio Líquido Médio consiste na soma do Patrimônio Líquido Inicial com o Patrimônio Líquido Final, dividida por 2. Quando se precisa demonstrar o que ele representa, para o acionista, em termos de \$ adicionais ao seu investimento inicial, o índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido é o mais indicado. De outra forma: retrata quanto vai para o acionista do lucro gerado pelo uso do ativo, quaisquer que tenham sido as fontes de recursos, próprias ou de terceiros. Por esta razão, este quociente é de interesse tanto dos acionistas como da gerência.

É importante observar que o cálculo da Rentabilidade do Patrimônio Líquido permite saber quanto a administração, através do uso dos ativos, obteve de rendimento com a respectiva estrutura de despesas financeiras, considerando-se o nível de relacionamento percentual entre o capital próprio e o de terceiros. Em última instância: evidencia qual a taxa de rendimento do Capital Próprio.

Uma das grandes utilidades deste quociente está na sua comparação com taxas de rendimento de mercado, sendo possível, por esta comparação, avaliar se a firma oferece rentabilidade superior ou inferior a essas opções.

A apuração deste indicador vislumbrará, portanto, quanto a empresa obteve de lucro para cada \$ 100,00 de Capital Próprio investido. Uma taxa de 17,42 representa, então, que para cada \$ 100,00 de Capital Próprio investido se obteve um retorno de \$ 17,42, ou 17,42 %.

GESTÃO DA LIQUIDEZ E DA RENTABILIDADE

É importante frisar que o principal objetivo financeiro de uma empresa é a maximização da riqueza dos seus proprietários, ou seja, toda a ação do gestor financeiro deve levar em conta a criação de valor econômico aos detentores do capital. A geração de lucro para o acionista, em última instância, depende de uma administração apropriada dessas áreas básicas de decisão, comuns a todas as organizações. Algumas decisões são fundamentais, como o caso do investimento numa nova planta industrial, pois geram dívidas elevadas para o futuro. Outras são decorrentes do dia-dia operacional da empresa, como é o caso da compra de estoques.

Comum a todas essas decisões é o conceito de compensação econômica que deve ser objeto de reflexão antes de cada decisão, ou seja, a análise da relação entre os custos e os benefícios monetários e os riscos e retornos envolvidos no processo.

Na perspectiva financeira dos negócios, pode-se definir as decisões a seguir:

- Decisão de financiamento: o que se deseja, desta função, é definir e alcançar uma estrutura ideal de passivos (fontes de recursos), dada uma determinada composição de investimentos (estrutura de ativos).

- Decisão de investimento: consiste num conjunto de decisões visando dar à empresa a estrutura ideal em termos de ativos – permanentes e circulantes – para que os objetivos do negócio sejam atingidos.

- Decisão operacional: dirigir todas as operações financeiras da empresa de maneira rentável, mediante compensações adequadas e o uso eficiente de todos os recursos alocados na organização. Seu resultado prático reflete-se na utilização (destinação) a ser dada ao lucro da firma (o que deve ser retido para preservar sua capacidade de liquidez X o que deverá ser distribuído como forma de remunerar os proprietários – fluxos de lucros ou de dividendos).

Dentro de um contexto econômico, competitivo e financeiro, os bons resultados globais da empresa e a sua conseqüente geração de valor, dependem de financiamentos, investimentos e operações eficazes. A decisão de financiamento e seus postulados básicos: conforme tivemos oportunidade de descrever acima, esta decisão envolve a melhor formação de um passivo para a firma (fontes de recursos). Seus desdobramentos envolvem os seguintes conceitos:

a) Princípio da correspondência cronológica dos recursos financeiros

É importante que o administrador financeiro entenda que a gestão financeira esta subdividida em dois campos operacionais: gestão de curto prazo e de longo prazo. A gestão financeira de curto prazo engloba as formações de ativo e passivo circulante, enquanto que a gestão financeira de longo prazo envolve o ativo realizável a longo prazo e o permanente. Este princípio nos informa que os recursos (fontes) de curto prazo devem financiar operações de curto prazo (ativos e passivos circulantes se inter-relacionam) e, recursos de longo prazo devem financiar operações de longo prazo (o ativo realizável a longo prazo e o permanente se inter-relacionam com o passivo exigível de longo prazo e o patrimônio líquido). Esta situação informa ao administrador financeiro a necessidade de entender a cronologia (tempo) dos fluxos monetários que envolvem as decisões financeiras de uma firma.

b) Risco financeiro

Um dos conceitos mais importantes do estudo da estrutura financeira é o de risco financeiro. O risco financeiro ou a variabilidade dos retornos para os proprietários do capital é determinado, além do risco econômico (empresarial) subjacente, pelo uso relativo de capital de terceiros (passivos circulante e exigível longo prazo). Ou seja, pelo uso de recursos que exigem uma remuneração fixa (p.ex. taxa de juros) e prioritária (os custos e as despesas, na demonstração de resultados do exercício, são os primeiros a serem deduzidos das receitas da empresa, ou seja, só após esta diminuição é que se concretiza a apuração do lucro) em virtude da remuneração dos proprietários da empresa

c) Alavancagem financeira

O princípio da alavancagem financeira está associada ao fato de que o retorno do capital dos sócios deve ser superior ao retorno sobre os ativos da empresa, em razão do uso de capital de terceiros para financiar parte dos ativos. Além disso, o retorno sobre o capital próprio deve ser superior ao custo que a empresa paga pelo uso do capital de terceiros obtidos. Destaque-se que ao longo do tempo econômico de uma empresa (ciclo de vida), o custo de capital de terceiros é menor do que o custo de capital próprio. Tal fato decorre de que o primeiro tende a ser fixo, temporário e inferior ao do capital próprio (custo de capital de terceiros representa para a empresa despesas financeiras e o custo de capital próprio representa retorno para os acionistas). Concluindo, poderíamos dizer que a alavancagem financeira pode ser favorável(positiva) quando a taxa de retorno para o acionista é maior do que o seu custo de capital ($TRI > CMPK$), e, desfavorável(negativa) quando a taxa de retorno for inferior ao seu custo de capital ($TRI < CMPK$).

A compreensão de todos estes postulados da decisão de financiamento permite ao gestor financeiro uma ótica mais adequada e flexível dos instrumentos financeiros disponíveis, facilitando a redução de custos e as economias de escala, indispensáveis ao crescimento da empresa nestes tempos turbulentos que estamos vivenciando.

A decisão de investimento tem sua base no ativo da empresa. Os investimentos que se fazem neste campo, produzem os resultados que vão alavancar o crescimento econômico da firma.

d) Gestão do ativo circulante

O ativo circulante (capital de giro) tem uma participação relevante no desempenho operacional das empresas, uma gestão inadequada do capital de giro resulta em sérios problemas financeiros, contribuindo para a formação de uma situação de insolvência da firma. Administração do capital de giro envolve os seguintes aspectos: capital de giro bruto que representa o ativo circulante; capital de giro líquido, determinado pela diferença entre AC – PC (passivo circulante); capital de giro amplo, gestão do ativo e passivo circulante. Alguns autores enfocam esta gestão esclarecendo o seguinte: a empresa deve investir no giro enquanto o retorno marginal dos ativos circulantes se mantiver acima do custo dos recursos alocados para o seu financiamento;

e) Risco econômico ou empresarial

Chamamos de risco econômico, a incerteza relativa dos resultados da empresa, tendo em vista os padrões de oscilações características das atividades econômicas. Estas oscilações estão vinculadas ao contexto econômico competitivo, o setor de atividade onde esta inserida a empresa (agrícola, industrial, comercial ou de serviços), o tipo de operação que executa (transformação e/ou distribuição), a natureza do produto (bem de consumo não-durável, bem de produção, agenciamento de serviços, etc.) e as características de sua procura (por exemplo: sofre o produto ou serviço de variações

sazonais ou cíclicas?). O risco empresarial está diretamente vinculado à formação dos ativos da empresa, donde se presume que o administrador financeiro precisa estar atento a toda e qualquer decisão de investimento na empresa, desde as mais comuns até as mais sofisticadas operações no que venha acontecer no mercado;

f) O retorno sobre o investimento dos ativos

O RIA ou ROI, como os americanos desenvolvem o modelo Dupont de análise de investimento, é um instrumento indispensável na análise dos recursos aplicados nos ativos da empresa, relacionando suas operações com os resultados obtidos nas suas receitas, depois de deduzidos os seus custos e despesas.

Sua fórmula básica é sumariada pela divisão entre o lucro líquido disponível e os ativos totais médios de uma empresa. Seu resultado final deve ser objeto de comparação entre o retorno obtido e o custo dos recursos, objetivando, também, analisar se existe o efeito da alavancagem financeira, ou seja, $RIA / ROI >$ ou $<$ que o custo de capital (CMPK).

g) Gerenciamento da Liquidez

O gerenciamento da liquidez tem direta ligação com a elaboração do fluxo de caixa, pois tendo uma melhor visualização de contas a pagar e contas a receber, melhor serão administradas as sobras e faltas de caixa no dia-a-dia. Outro recurso interessante é a projeção de fluxo de caixa, uma previsão das entradas e saídas de caixa ao longo de um período determinado, visando orientar a gestão financeira da empresa.

O Fluxo de caixa é um instrumento gerencial de extrema importância na tomada de decisões empresariais, possuindo como objetivos básicos: coleta de dados, organização de dados e a geração de subsídios para previsões.

Com posse do fluxo de caixa, o empresário tem condições de compatibilizar na linha do tempo o Contas a Pagar e o Contas a Receber e, conseqüentemente, decidir

sobre: o melhor momento da compra, o melhor momento da venda a vista, os momentos mais “carregados” de Contas a Pagar e como projetar “estouros / sobras” de caixa.

g.1) O Caixa como centro das operações financeiras

O primeiro passo que o empresário deve tomar quando vai montar seu Fluxo de Caixa é organizar a empresa para que os dados possam ser coletados de forma correta. Para que isso ocorra, existem algumas dicas: Todos os pagamentos deverão ser feitos em cheque (evitar os pagamentos em dinheiro, isto porque se perde o histórico da operação); criar um “caixinha” para a empresa para pequena despesas (passar para o caixinha, no início da semana, numerário suficiente para despesas como condução e café e prestar contas no final da semana); Não confundir Pessoa Física x Pessoa Jurídica (evitar sempre que possível o pagamento de contas da empresa com cheque do sócio e vice-versa, isto porque tal prática danifica a visão da empresa como empresa). Lembre-se sempre de que a empresa só será organizada se o sócio também for; não confundir Pró-labore com Lucro (Pró-labore é o salário do sócio que trabalha na empresa, enquanto que o lucro é a remuneração do capital investido); realizar sempre a conciliação bancária (é importante lembrar que o saldo da empresa não vai coincidir com o do banco, em função do período de tempo existente entre o recebimento / emissão do cheque e a operação bancária, daí a importância da conciliação bancária, no mínimo semanalmente). documentar todas as operações com cópias (todo o cheque emitido deverá ser acompanhado de cópia). Igual procedimento se aplica a contratos e recibos. Enfim, o arquivo das informações é muito importante para futuras consultas..

Finalizando este tópico, destaca-se que a crise ensina o empresário a ser dinâmico, por questões até de sobrevivência. A estratégia financeira proposta é administrar previsões financeiras e quando ocorrerem estouro de caixa ou sobras de caixa como administrar adequadamente, solucionando os problemas. Essas decisões passam pela análise do Custo Financeiro e da liquidez.

h) Gerenciamento da Rentabilidade

Aumentar a margem de lucro, descobrir novas maneiras de tornar as empresas mais rentáveis, testar estratégias como cortes de custos ou ajustes nos serviços, tornaram-se fatores fundamentais para o sucesso das organizações no atual cenário de mercado e concorrência acirrada. Para as empresas é essencial saber como cada área funcional, cliente, produto ou canal afeta a sua rentabilidade. Por isso é essencial que empresa visualize quais são os clientes rentáveis e os não-rentáveis; que canais, produtos ou regiões são mais rentáveis; qual é a contribuição de cada produto; quais são os comportamentos de compra de seus clientes; quais são os custos reais para se adquirir um novo cliente; além também qual é o potencial de rentabilidade de cada novo cliente.

Tendo isto em mente a empresa tem mais confiança para fazer ajustes de preços, melhorar os custos de serviços para os clientes, abrir mão de clientes não-rentáveis, cultivar clientes rentáveis, ajustar o mix de produtos e eliminar os que não são lucrativos, priorizar investimentos e livrar-se de recursos que não trazem bons resultados. Em vista disso serão apresentados quatro casos que ocorrem no cotidiano da gestão da rentabilidade nas empresas:

-Alta Rentabilidade, Alto Potencial: clientes prioritários que devem ter uma atenção especial na exploração de novos negócios.

-Alta Rentabilidade, Baixo Potencial: deve-se realizar um esforço extra para identificar novas oportunidades na área de atuação do cliente, com o objetivo de aproveitar melhor a rentabilidade oferecida.

-Baixa Rentabilidade, Alto Potencial: a estrutura de custos deve ser revista e novos contratos renegociados. O potencial de negócios só será significativo se a rentabilidade for melhorada.

-Baixa Rentabilidade, Baixo Potencial: clientes para os quais não vale a pena continuar investindo recursos e esforços de venda. Termine os projetos atuais (sempre com excelência) e pense muito bem antes de entrar em um novo projeto.

Se um cliente tem potencial e rentabilidade baixos em comparação com os outros, você deve mesmo deixar de investir seus valiosos recursos nele e buscar outros que apresentem melhor retorno.

Existe uma crença errônea que qualquer cliente que dê algum nível de lucro é um cliente que deve ser mantido. Ao tomar esta atitude, a empresa perderá capacidade de buscar novas oportunidades que podem ser muito mais lucrativas. Agora, se o problema é a falta de novos clientes (ou prospects) para fazer negócios, provavelmente seu problema seja muito maior (seu modelo de negócio não é sustentável).

A segmentação de seus clientes será uma ferramenta importante para que se determinem as melhores ações em cada caso. Compartilhar e discutir esta informação de forma ampla é importante para agregar outros elementos subjetivos à análise dos clientes.

É claro que sempre há exceções à regra. Um projeto pode ser de baixa rentabilidade, com um cliente sem muito potencial, mas também pode ser um case interessante que você quer apresentar. Outros projetos podem ajudar sua equipe a desenvolver novas competências. Existem diversos outros fatores que devem ser considerados.

LIQUIDEZ X RENTABILIDADE

Falando agora diretamente sobre a Liquidez X Rentabilidade, o administrador vive na empresa um grande dilema, ou seja, o equacionamento da liquidez e os investimentos objetivando o aumento da sua rentabilidade. A liquidez deve ser satisfatória para proporcionar uma disponibilidade de recursos com vistas ao enfrentamento dos compromissos a pagar e ao mesmo tempo distribuir estes recursos em outros ativos que venham a proporcionar maiores lucros futuros. A rentabilidade a ser alcançada se expressa no aumento de receitas, proporcionadas por um determinado investimento, superiores ao volume de custos e despesas decorrentes

desse mesmo investimento. Essa rentabilidade auferida transforma-se numa situação de lucratividade futura, aumentando a taxa de retorno dos sócios da organização. Apesar de no passado estes objetivos serem considerados meios antagônicos, hoje os financistas são cientes da necessidade de termos, nas empresas, liquidez e rentabilidade satisfatórias. Por definição, a liquidez da empresa esta relacionada com os ativos circulantes e a rentabilidade com os ativos permanentes (principalmente os investimentos e os imobilizados).

Se a empresa mantém um saldo de caixa menor, em relação as suas obrigações financeiras, pode ocorrer uma crise de liquidez, levando possivelmente os negócios a um colapso. Por outro lado se a empresa mantém um saldo de caixa elevado, estará perdendo a oportunidade de empregar esse saldo lucrativamente em outras atividades. Saldo de caixa ocioso no balanço não traz nenhum lucro para a firma. Por isso nos investimentos, devemos observar três aspectos fundamentais: liquidez, risco e rentabilidade. O ideal com certeza seria um investimento com alta liquidez, segurança, e rentabilidade. Liquidez é a possibilidade de um ativo ser transformado em dinheiro a qualquer momento. A rentabilidade depende do risco; quanto mais seguro for o investimento, menor será sua rentabilidade e vice-versa. O mesmo ocorre com a liquidez: quanto mais líquido o investimento, menor será a rentabilidade, e vice-versa. Exemplificando, um investimento em caderneta de poupança tem alta liquidez (posso sacar a qualquer momento) e é seguro (baixo risco) mas, em contra partida, a rentabilidade é baixa. Os investimentos em imóveis são de baixo risco e média rentabilidade, porque tem baixa liquidez (não posso transformá-los em dinheiro rapidamente). Os investimentos em ações têm alta liquidez, (posso vendê-los qualquer dia na bolsa), o risco é elevado, e, por isso a longo prazo podemos esperar uma alta rentabilidade.

De forma geral, deve-se tentar atingir uma situação mais equilibrada possível, dando preferência, lógico sem exageros, à rentabilidade, a não ser em momentos de incerteza e instabilidade na economia, quando o risco se eleva. Para exemplificar, podemos citar os momentos pré-eleitorais, quando não se sabe quem vai vencer as

eleições, e como será a política econômica do novo governo. Nestes momentos investidores dão preferência à liquidez, não se importando muito com a rentabilidade.

CONCLUSÃO

Em face ao estudo realizado, constatou-se que a Administração Financeira é a área responsável pela administração dos recursos financeiros da empresa, proporcionando condições que garantam rentabilidade e liquidez dos mesmos. A rentabilidade é alcançada à medida que o negócio da empresa proporcione a maximização dos retornos dos investimentos feitos pelos proprietários ou acionistas. A busca da rentabilidade máxima pode comprometer a liquidez, contudo, a rentabilidade deve ser prioritária em relação à Liquidez. Deve-se aplicar parte dos fundos disponíveis e manter inativa parte para cobrir riscos, garantindo a liquidez. Esses fundos não produzem retorno aos investidores, e aí reside o conflito entre liquidez e rentabilidade., por isso um razoável equilíbrio deve ser encontrado entre os objetivos financeiros de manter o grau de liquidez e minimizar o nível de um ativo improdutivo.

REFERÊNCIAS

- IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
Contabilidade Gerencial. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação - referências - elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
MORANTE, Antonio Salvador. Análise das demonstrações Financeiras. Editora Atlas.

Administração Financeira - Liquidez x Rentabilidade: Qual Priorizar?

SILVA, José Pereira da. Análise Financeira da empresas. Editora Atlas 2005.

LIMEIRA, André Luis Fernandes. Contabilidade para Executivos. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

http://www.peritocontador.com.br/artigos/colaboradores/Artigo_-_Rentabilidade.pdf

<http://www.ite.edu.br>